

A CHACINA VIROU PAISAGEM

Diante de uma chacina, há aquele que fica em estado de choque e há quem é indiferente a ela. E, no entanto, ambos saem de casa de manhã, passam o café, apertam o botão da cafeteira como quem aciona um rito de proteção, e atravessam a rua com a mesma pressa humilde dos que têm hora para bater. A diferença é invisível: um carrega, como uma farpa recém-fincada, a notícia que leu no celular; o outro já tem a pele cheia de calos, uma couraça feita de manchetes repetidas e sirenes em replay. Não é indiferença, exatamente; é uma forma de sobrevivência — uma técnica de respiração aprendida a duras penas em um país que acorda cedo e, ainda assim, não chega a tempo de impedir o que acontece de madrugada.

Na padaria, o rádio vem baixo, por piedade. O padeiro conhece as manhãs e sabe que o pão, para cumprir a sua função civilizatória, precisa entrar ao lado de alguma esperança. “Mais uma”, diz alguém, e ninguém pergunta “mais uma o quê?”, porque o idioma cotidiano elaborou um atalho: a expressão “mais uma” já contém dentro de si o mapa de um crime, a esquina, a disputa, a estatística. É como se a língua, cansada de narrar o horror, tivesse criado um pronome para o inominável. Joaquim Maria Machado de Assis observaria, talvez com um meio sorriso, que a sociedade inventa eufemismos para não ofender os nervos — e, nisso, ofende a verdade.

De um lado, estão os que se chocam: tremem um pouco a mão, erram a senha, lembram de um filho, de um amigo, de um desconhecido que por um momento teve rosto. E por terem rosto, todos os mortos improvisam parentesco: adotam a nossa memória como quem pede abrigo da chuva. Do outro lado, estão os que não se chocam: não porque lhes falte coração, mas porque aprenderam a escondê-lo atrás de protocolos. Eles conhecem os termos técnicos, os acrônimos do noticiário, as siglas das delegacias, os números das ocorrências, toda a burocracia que a violência produz ao ser administrada. Se a comoção é um incêndio, o procedimento é um extintor. Não está errado; está em curso.

A cidade, alheia e cúmplice, recolhe sacos de lixo e jacarés de barro, lava as calçadas, confere os boletos, e lá está ela, rija, persistente, respirando por todos nós. Há um cobrador de ônibus que segura o veículo para uma senhora correr; um adolescente que dá passagem no elevador e, sem saber, salva um minuto de alguém; um carteiro que faz um carinho no cachorro do portão. São gestos pequenos, mas cada um tem uma espécie de assinatura: “ainda estamos aqui”. Quando uma chacina acontece, o mundo nos pergunta se ainda estamos. E nós respondemos, como dá.

Os que se chocam costumam guardar os nomes. Fazem listas íntimas, com lápis de anotar compras; tentam decorar as idades, as profissões, a cor do cabelo, como quem recusa a transformação de pessoas em números. Repetem as sílabas em voz baixa, não por superstição, mas para que o som faça peso e impeça o esquecimento — porque esquecer é uma forma de matar uma segunda vez. Já os que não se chocam, para continuar de pé, preferem deslocar o foco: veem a logística, os horários, as rotas, o mapa da cidade com suas linhas invisíveis, como um tabuleiro de xadrez em que os peões são sempre convocados antes dos reis. E procuram entender; entender também é um modo de amar o mundo quando ele parece, por um instante, ter desistido de nós.

Às vezes, eu me pergunto se a palavra “chacina” não ficou grande demais para a boca; ela entra pesada e se acomoda no fundo da língua, lembrando que o som das coisas pode ferir. A literatura tentou muitas vezes nomear esse peso. Hannah Arendt chamou de banal o mal que se organiza; Susan Sontag lembrou que olhar a dor dos outros é um exercício de responsabilidade; os cronistas, de Rubem Braga a Drummond, escolheram as pequenas cenas para contrapor ao estrondo — o pão que cresce, a flor que resiste no canteiro, a carta que chega sem erro de endereço. Talvez seja isso que uma crônica pode fazer: calçar chinelos na palavra “chacina” para que ela caminhe por dentro de casa sem derrubar os nossos copos.

Há ainda um terceiro grupo, mais silencioso, que oscila entre o choque e a couraça conforme a temperatura do dia. Esses são especialistas em fazer de conta: por fora, um “tudo bem?” pronunciado no corredor; por dentro, uma assembleia de vozes que debate o que é possível sentir. Eles aprenderam que a dor possui horários — e que nem sempre coincide com o expediente. Quando o corpo, desavisado, tenta chorar no meio do trabalho, eles prometem a si mesmos que mais tarde, na volta, no banho, vão abrir o registro e deixar a água cuidar, que seja por cinco minutos, do que nenhuma lei consegue legislar.

A justiça, palavra tão cansada de ser invocada, anda com passos curtos. Ela precisa de provas, de prazos, de paciência. A vingança, ao contrário, corre descalça. Entre uma e outra, a comunidade se move na corda bamba da civilidade. O que nos salva é o reparo — não o aparelho jurídico, embora ele seja imprescindível para que o mundo não vire puro grito, mas o reparo miúdo, manual, feito com linha e agulha nos lugares por onde o tecido rasgou. Dizer o nome, acender uma vela, cozinhar para a família de quem ficou, levar uma blusa, um documento, um abraço. O abraço, sim, é uma espécie de documento: atesta que alguém existiu e continua existindo em nós.

As narrativas oficiais gostam de cronologia; as mães não. Para a mãe, o tempo gira em torno do nome do filho, como a terra ao redor do sol. A crônica, nesse ponto, fica no meio do caminho: ela anota a data, mas se detém na respiração. Toma nota

do cheiro do corredor do hospital, do barulho da ambulância, da luz que entra pela janela às 16h. E quando não tem o que dizer, porque há coisas que não se compõem, ela se consagra ao ofício de não esquecer. O papel, afinal, foi inventado para isso: para impedir que a memória desabe de vez.

É fácil zombar dos que se chocam e chamar de ingênua a sua capacidade de espanto. Também é fácil acusar de frios os que não se chocam e fazem do protocolo o seu abrigo. Difícil é admitir que, por trás de cada postura, há uma tentativa honesta de suportar o insuportável. E que a cidade precisa das duas: do espanto que preserva a humanidade e do procedimento que sustenta o mundo de pé. Um sem o outro vira ruína: a comoção sozinha incendeia; o procedimento sozinho calcifica.

No fim da tarde, as manchetes desbotam como a roupa que ficou muito tempo no varal. O céu se avermelha com uma dignidade antiga e parece nos pedir que falemos baixo, que não gastemos todas as palavras hoje, porque amanhã vai precisar delas de novo. Em casa, a mesa posta é um ato político: pratos alinhados, copos no lugar, uma fruta aberta, a toalha com pequenas manchas de outros jantares. É ali que a civilização se retoma, com uma naturalidade que surpreende. E se alguém pergunta “como foi o dia?”, a resposta é uma diplomacia: conta-se o necessário para não quebrar o que ainda está inteiro, e resguarda-se o resto para a noite, quando os fantasmas são, paradoxalmente, mais educados.

Se me permitem um voto, que sejamos capazes de cultivar o susto sem perder a mão para o pão; que aprendamos os códigos, as siglas, os prazos, sem esquecer que, por baixo deles, há uma pessoa com cinco letras, duas sílabas, um apelido de infância. E que o verbo “lembrar” continue, na gramática brasileira, conjugado no presente: eu lembro, tu lembras, nós lembramos. Porque lembrar, aqui, é um trabalho diário — e um modo de dizer que o país, com toda a sua fadiga, insiste em continuar sendo um país.

E quando a madrugada vier, como vem, com o rumor distante das sirenes e a promessa de que a manhã repetirá seus rituais, que haja ainda uma xícara para esquentar as mãos, um número de telefone para discar, um colo para sentar o cansaço. A reação de se chocar, e a de não se chocar, que sigam dialogando dentro de nós, como duas metades que se reconhecem. Uma nos impede de virar pedra; a outra nos impede de virar cinza.